



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13121914/2019-SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.009805/2018-10

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 19.055 (dezenove mil e cinquenta e cinco) coletes balísticos para uso policial com nível de proteção III-A (painéis balísticos, capas táticas modulares com padrão internacional modular “MOLLE System” e bolsa de transporte), conforme discriminado nas tabelas abaixo.

Órgão Gerenciador: Polícia Federal					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Solução de Colete Balístico Tático, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte)	Unid.	2.590	2.670,00	6.915.300,00

Órgão Participante: Polícia Rodoviária Federal					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Solução de Colete Balístico Tático, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte)	Unid.	14.408	2.670,00	38.469.360,00

Órgão Participante: Polícia Militar do Distrito Federal					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Solução de Colete Balístico Tático, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte)	Unid.	2.057	2.670,00	5.492.190,00

1.2. O sistema adotado será o de Registro de Preços, uma vez que a aquisição do presente objeto será para atendimento a mais de um órgão (inciso III, Art. 3º DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013). Além disso a compra dos coletes balísticos será realizada de forma gradativa de acordo com as datas de expiração dos coletes antigos, que diferem; datas de ingresso de novos servidores, não conhecida; e a necessidade eventual de troca dos coletes atuais acautelados por motivos de perda/roubo/extravio/deterioração/perfuração, ou seja, há imprevisibilidade da demanda, restando necessária a aquisição em etapas e não em uma só vez.

1.3. O critério de adjudicação será global, face a necessidade do fornecimento dos coletes ser por uma única empresa, já que haveria risco de perda de padronização caso várias empresas produzissem cada um dos tamanhos de coletes separadamente. Também haveria risco à perda de economia de escala, face o quantitativo reduzido que cada um dos tamanhos representa em relação ao quantitativo total.

1.4. Quanto à produção de painéis, capas e bolsas, estas serão realizadas em conjunto, tendo em vista que separadamente, haveria o risco de se incorrer em incompatibilidade nos tamanhos produzidos, fato possível durante o processo de fabricação destes componentes, o que poderia frustrar a compra.

1.5. Os custos devem ser discriminados em planilha detalhada, conforme consta no MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO IV deste TR - SEI nº 12625556), considerando que para as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda, conforme Art. 42, §4º, da [LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993](#).

1.6. As licitantes estrangeiras deverão computar o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional e desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - CIP (Carriage and Insurance Paid To...) - Academia Nacional de Polícia - Endereço: Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71559-900, Brasília – DF, Brasil.

1.7. Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme dados do Sistema de Medidas da Polícia Federal, a serem encaminhados para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.

1.7.1. Sugere-se a adoção de pelo menos 08 (oito) tamanhos para fins da compatibilização do item supra.

1.8. As cores, bordados, emblemas e logotipos serão registrados conforme estabelecidos nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS COLETES BALÍSTICOS (ANEXO I deste TR - SEI nº 12625387) no caso do Órgão Gerenciador (POLÍCIA FEDERAL), ficando obrigado ao licitante vencedor observar as identidades visuais dos demais órgãos participantes.

- 1.9. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, III da [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#), alterada pela [LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014](#), tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, II, da referida Lei Complementar cc Art. 10, I, do [DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015](#).
- 1.10. A empresa fornecedora deverá cumprir todas as exigências legais brasileiras, bem como o atendimento dos padrões de segurança e qualidade do objeto mediante a norma norte-americana - [NIJ STANDARD 0101.06 - Nacional Institute of Justice](#), dos Estados Unidos da América.
- 1.11. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do Art. 57, §1º, da [LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993](#).
- 1.12. Será de 30 (trinta) dias o prazo entre a publicação do Edital e Abertura da Sessão do Pregão.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da [CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988](#), e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:
 - 2.1.1. apurar infrações penais contra a ordem política e social;
 - 2.1.2. apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
 - 2.1.3. apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
 - 2.1.4. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
 - 2.1.5. prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
 - 2.1.6. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e
 - 2.1.7. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- 2.2. Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional.
- 2.3. A utilização de coletes balísticos reduz o perigo de morte nas missões e identifica os policiais federais no cumprimento de suas funções, colaborando diretamente para a segurança e para o sucesso da ação. Cabe ressaltar ainda que a identificação visual propicia à população referências positivas acerca das operações desencadeadas pela instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem do Estado Brasileiro perante o cidadão.
- 2.4. Além da segurança dos policiais, a utilização dos coletes em operação, muitas delas com lapsos temporais contínuos e longos, deve proporcionar o bem estar mínimo do policial federal no cumprimento de seu dever funcional, devendo prever a tecnologia necessária para mitigar o desconforto térmico, facilitar a mobilidade e não dificultar a utilização pelo excesso de peso.
- 2.5. Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que ela esteja devidamente constituída de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito da missão, como também a proteção da vida do policial.
- 2.6. De acordo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, registra-se um aumento no número de mortes de policiais no Brasil nos últimos anos com cerca de 721 policiais mortos em serviço e 1.822 mortos fora de serviço até o ano de 2015.
- 2.7. Nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há risco real de morte, sendo o colete balístico o principal equipamento de proteção e segurança individual, uma vez que protege os órgãos vitais do seu usuário.
- 2.8. A aquisição dos coletes balísticos, objeto do presente Termo de Referência, atenderá as necessidades dos policiais federais em todo o Brasil, dado o iminente vencimento de mantas e painéis balísticos (vencimento em outubro de 2019, de acordo com o Estudo Preliminar SEI nº 10200294), bem como do contingente de policiais que serão nomeados por meio do Concurso Público, [Edital Nº 1 – DGP/PF, DE 14 DE JUNHO DE 2018](#).
- 2.9. Com o objetivo de proporcionar maior conforto e eficiência na utilização da proteção balística em tela, optou-se pelo colete tático modular “MOLLE System”, por possibilitar sua configuração de uso (inserção ou retirada de acessórios, bem como disposição dos mesmos no colete balístico) conforme a especificidade que cada missão requer (adaptabilidade do equipamento à função que será executada pelo policial, ao cenário operacional vivenciado e ao tipo de armamento utilizado).
- 2.10. Em se tratando de conforto, a aquisição de coletes deve levar em consideração aspectos climáticos de um país continental, violência que se apresenta na sociedade, conforto do operador de segurança (peso e flexibilidade do colete), segurança/proteção oferecida pelo equipamento (área de proteção x mobilidade), resistência e durabilidade (economicidade), garantia, possibilidades de utilização (ambientes apropriados), entre outros.
- 2.11. Com relação à eficiência, é fundamental que os policiais federais utilizem os coletes balísticos para que estes alcancem a sua utilidade. Na prática observamos que coletes desconfortáveis, pouco flexíveis, pesados e que geram sensações térmicas inadequadas, são “encostados” ou esquecidos pelos policiais. Não é difícil observar policiais federais iniciarem as operações utilizando os coletes e terminarem com os mesmos guardados dentro do porta-malas de viaturas.
- 2.12. No Brasil, a regulamentação do uso de coletes balísticos cabe ao Exército, o qual segue a padronização estabelecida pelo Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos (NIJ), adotando seis níveis de proteção dos coletes (I, II-A, II, III-A, III e IV).
- 2.13. Após estudos realizados pela área técnica da Polícia Federal, chegou-se ao nível de proteção III-A como o que mais se adequa às necessidades da instituição, fornecendo ao policial proteção contra disparos das armas curtas mais potentes e velozes (.357 e .44 Magnum), ameaças estas que poderá enfrentar no seu dia a dia.
- 2.14. Os coletes nível III-A são recomendados e mais adequados para operações de rotina onde a identificação dos policiais faz-se importante, como fiscalizações em áreas de risco, deflagrações de operações, barreiras, escolta de presos, etc.
- 2.15. Primando-se por uma maior segurança, flexibilidade, conforto e qualidade dos coletes balísticos com a finalidade do desempenho das atividades operacionais, a compra do referido objeto terá como base a norma de qualidade e resistência balística americana, [NIJ STANDARD 0101.06 - Nacional Institute of Justice](#).

- 2.16. Assim, deve-se buscar a exata medida entre adquirir um produto que não impeça a mobilidade e seja confortável a ponto dos policiais o utilizarem em todas as suas tarefas de risco, mantendo-os protegidos da maneira mais eficaz possível.
- 2.17. A modalidade de pregão internacional tem como objetivo a aquisição de equipamento com melhor qualidade, menor custo e que forneça uma maior segurança aos policiais federais no desempenho de suas atividades, sem descartar o atendimento a ampla concorrência das empresas que comercialização coletes balísticos táticos em conformidade com a NIJ 0101.06.
- 2.18. A aquisição de coletes balísticos, objetos deste Termo de Referência, tem amparo legal na [LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993](#), na [LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002](#), no [DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000](#), no [DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005](#) e no [DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019](#).
- 2.19. As empresas que participarem do certame deverão cumprir as normas brasileiras de fabricação, transporte, importação e/ou comercialização de produtos controlados, no que couber, conforme a origem (nacional ou internacional).
- 2.20. As justificativas de participação dos outros órgãos estão presentes nos documentos SEI nº 11442176 e 12531274.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, de acordo com a [LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002](#), em seu artigo 1º, parágrafo único, por constituírem-se em produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4. DA NECESSIDADE DE PREGÃO INTERNACIONAL

- 4.1. A utilização de coletes balísticos no cumprimento de missões operacionais é de fundamental importância para o aumento da segurança dos policiais federais no desempenho de suas atribuições. A situação de crise na segurança pública do Brasil é amplamente noticiada, alcançando índices de mortes superiores a países em guerra. Neste sentido é dever dos operadores de segurança a utilização de todos os equipamentos disponíveis que possam minimizar as chances de sofrerem traumas, lesões corporais ou perderem suas vidas em ações para o cumprimento das missões institucionais.
- 4.2. Verificou-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização dos coletes, tanto na atualização da norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do [National Institute of Justice](#) dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), quanto na qualidade dos produtos (capa externa e painéis balísticos), porém, até a data de elaboração deste Termo de Referência, não existia empresa brasileira com modelos ativos na lista de empresas certificadas pela norma NIJ 0101.06, conforme publicação em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html".
- 4.3. O mercado internacional já está apto para fornecer itens compatíveis com a NIJ Standard 0101.06, com possibilidade técnicas de fornecer coletes com painéis mais leves e flexíveis dos que os atualmente estão em uso pelos policiais federais.
- 4.4. Adicionalmente, a ampliação do mercado fornecedor na licitação internacional também é uma forma de minimizar os custos para a Administração Pública, principalmente no atual cenário de crise econômica e política vivenciado pela sociedade brasileira. Constata-se a necessidade de otimização dos recursos financeiros, objetivando a aquisição de bens e produtos de qualidade, com um custo menor. Nessa lógica, a licitação internacional é um procedimento em que a administração poderá adquirir um produto de qualidade de acordo com as especificações solicitadas no objeto deste Termo de Referência com a possibilidade de um maior número de empresas e/ou representantes participarem do certame (ampliação da concorrência), resultando assim uma maior economia para o erário público.
- 4.5. Importante frisar que a adoção de pregão internacional trará as seguintes vantagens:
- 4.5.1. A possibilidade de se adquirir equipamento de proteção balística com níveis de proteção e qualidade mais avançados, a preços competitivos, visando a segurança do policial federal;
- 4.5.2. Possibilidade de redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras; e
- 4.5.3. Aumento da competitividade do certame, tendo em vista a possibilidade de participação de um número maior de empresas.
- 4.6. Ainda, o pregão internacional não exclui os participantes nacionais ou os com representação no Brasil.
- 4.7. Nessa lógica, por conveniência e oportunidade, opta-se pela realização do pregão internacional.

5. DOS CUSTOS ESTIMADOS

- 5.1. O valor estimado para esta aquisição é de **R\$ 50.876.850,00** (cinquenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais), conforme detalhado pelo somatório dos quadros dos valores totais de referência do subitem 1.1 deste Termo de Referência, justificado nos documentos Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 12625606), Memória de Cálculo do Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 12625618) e nas Cotações dos Fornecedores (SEI nº 12625637).

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E MARGEM DE PREFERÊNCIA

- 6.1. O licitante classificado em primeiro lugar no certame deverá apresentar o seguinte:
- 6.1.1. Atestado de capacidade técnica comprovando-se o fornecimento de no mínimo 30% do total do quantitativo do objeto atendendo, no mínimo, o nível de proteção balística III-A e compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência.
- 6.1.1.1. Para a comprovação da capacidade técnica deste item será aceita a soma de atestados, desde que cada um dos atestados atenda às características mínimas descritas, conforme exposto neste item, visando assegurar capacidade de produção e fornecimento do material pelo fabricante.
- 6.1.2. O licitante deverá comprovar correspondência entre a matéria-prima do modelo de colete ofertado e o que consta no Título de Registro do fabricante dos coletes ou na Certificação NIJ 0101.06, por meio de declaração do produtor e/ou fornecedor do material balístico usado na fabricação dos painéis balísticos.
- 6.1.3. Não haverá margem de preferência para empresas brasileiras em relação as estrangeiras, por falta de regulamentação vigente relativa ao tema, em relação ao produto Coletes Balísticos.
- 6.1.4. As empresas estrangeiras com representação legal no Brasil deverão possuir poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente de acordo com o o Art. 32, §4º e Art. 15 da Lei 8.666/93 em que as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, tanto quanto possíveis, observado o disposto na Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016. A

documentação será verificada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme dispõe a legislação, assim como poderão ser realizadas diligências para averiguação.

6.1.4.1. A representação comercial autônoma de Produtos Controlados pelo Exército deve observar o disposto na Portaria Nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017 e na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

6.1.5. Comprovação de atendimento às características técnicas previstas no item 3.10 das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS COLETES BALÍSTICOS (ANEXO I deste TR - SEI nº 12625387), por meio de laudos laboratoriais que comprovem as propriedades dos materiais e insumos empregados e dentro das normas legais elencadas no item 6.1.4. O laboratório responsável pela emissão do laudo de ensaio não poderá possuir qualquer vinculação com a empresa licitante.

6.1.6. O MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (ANEXO IV deste TR - SEI nº 12625556) deverá ser devidamente preenchido, contendo os preços unitários e totais, integralmente expressos em Reais (R\$), suficientes para cobrir todas as obrigações da Contratada definidas neste Edital, incluindo todos os tributos incidentes e demais custos não relacionados, mas incidentes para a Licitante, inclusive procedimentos de proteção para variação cambial (contrato de *Hedge*).

6.1.7. Todos os produtos que são controlados pelo Exército Brasileiro, no que diz respeito à fabricação, utilização, importação, desembaraço, tráfego, comércio e representação comercial devem obedecer a legislação vigente (Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados).

6.1.7.1. No caso de importação, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CI e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro.

6.1.7.2. Para empresas nacionais (no Brasil), deverão apresentar também o seguinte:

- a) Última versão do memorial descritivo do item avaliado no CAEx (mesma versão arquivada junto ao CAEx);
- b) Relatório Técnico Experimental (RETEx) e Relatório de Avaliação Técnica (RAT) apostilados pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) e emitidos pela Centro de Avaliações do Exército (CAEx);
- c) Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), com os devidos apostilamentos da atividade comercial e do produto;

6.1.8. Os casos omissos serão avaliados no âmbito da comissão de licitação, a qual eventualmente poderá realizar diligências destinadas a verificar se o documento apresentado de fato é equivalente ao produzido no Brasil. Alguns países podem inclusive não dispor de documento que seja equivalente ao apresentado pelo licitante brasileiro.

6.2. Deverá apresentar também 04 (quatro) amostras de coletes de tamanhos diferentes, especificando as medidas dos usuários a que se destinam, compatíveis com os seguintes tamanhos:

- 01 (uma) amostra tamanho PP;
- 01 (uma) amostra tamanho P; e
- 02 (duas) amostras tamanho M.

6.2.1. A produção e/ou importação das amostras pela licitante vencedora na fase de lances devem obedecer às normas e apresentação de documentos conforme descritos no item 6.1.7 deste Termo de Referência.

6.2.2. As amostras deverão ser encaminhadas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, na Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial- DPC/CGPLAM/DLOG/PF - Edifício Sede da Polícia Federal, Setor de Autarquias Sul, 10º andar, sala 1012, em Brasília/DF. Posteriormente ao prazo de entrega da amostra, será marcada a data para realização dos testes.

6.2.3. Os critérios de avaliação das amostras levará em conta fatores acerca dos aspectos e padrões mínimos de qualidade, consistindo em 04 (quatro) testes, descritos no Anexo II deste documento:

6.2.3.1. Testes de Ajuste do Colete ao Corpo: verificar o ajuste do colete ao corpo do policial federal ao permanecer de pé ou sentado - Teste Tipo A;

6.2.3.2. Testes de Funcionalidade: verificar a capacidade de o policial federal realizar tarefas típicas de sua profissão sem restrição de amplitude articular quando estiver trajando o colete balístico - Teste Tipo B;

6.2.3.3. Testes de Perfuração e Profundidade de Trauma: verificar o atendimento dos critérios de P-B.F.S (teste de perfuração e trauma) - Teste Tipo C. Está dispensada deste teste a empresa que apresentar:

- Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, relativo à solução balística em questão, cujo documento deve vir acompanhado de publicação em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html"; ou
- Relatório balístico gerado por laboratório acreditado pelo *National Institute of Justice* - E.U.A comprovando cumprimento na íntegra de protocolo de testes especificado na norma NIJ 0101.06 para o nível III-A, conforme lista disponível em "<https://www.justnet.org/compliant/NIJ-approved-labs.html>".

6.2.3.4. Teste de Limite Balístico: verificar o atendimento do critério de V_{50} (limite balístico) - Teste Tipo D.

6.2.4. Os procedimentos de avaliação dos critérios das amostras serão realizados por meio dos testes discriminados no Anexo II - Testes nas Amostras dos Coletes Balísticos, que serão realizados por professores da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF, no caso dos testes A e B; e por laboratório balístico capaz de realizar testes conforme NIJ 0101.06, no caso dos testes C e D, às custas do licitante, sendo acompanhado por servidores da Polícia Federal.

6.2.5. Os demais licitantes poderão acompanhar o procedimento dos testes tipo A, B, C e D nas amostras.

6.2.6. O laboratório no qual serão realizados os testes tipo C e D será de livre escolha da Polícia Federal. O acompanhamento por parte dos servidores da Polícia Federal nestes testes ocorrerá por conta da Administração Pública.

6.2.7. As amostras deverão dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto; nível de proteção, norma de conformidade, lote e instruções de uso, manuseio e conservação.

6.2.8. As amostras devem vir sem a identificação do fabricante. Os testes serão aplicados com mascaramento "cego", ou seja, os avaliadores não serão informados qual a marca do colete utilizada.

6.2.9. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, seções ou vincos, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

6.2.10. As amostras do licitante não serão devolvidas. Elas ficarão retidas pela PF para fins comparativos com o objeto quando do recebimento provisório, caso a empresa venha a assinar o contrato.

- 6.2.11. Caso a empresa seja reprovada em algum dos testes, esta será desclassificada.
- 6.2.12. As amostras serão analisadas por professores da Academia Nacional de Polícia, que emitirão o relatório e resultado no prazo de até 03 (três) dias úteis, no caso dos testes A e B.
- 6.2.12.1. O relatório apresentará os procedimentos que foram realizados, a metodologia e a indicação do resultado das amostras: (1) Aprovada sem ressalvas, (2) Aprovada com ressalvas ou (3) Reprovada.
- 6.2.12.2. A hipótese de aprovação com ressalvas somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto aos fatores cujas inspeções dos tipos A, B, C e D pretendem aferir). A correção das ressalvas e ajustes serão verificados quando do recebimento provisório.
- 6.2.13. Equipe da PF emitirá relatório relativo às conclusões dos testes C e D, podendo o resultado ser aprovação ou reprovação, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de disponibilização dos Laudos por parte do laboratório.
- 6.2.14. Não será aceita a proposta do licitante reprovada em algum dos testes ou que não apresentar as amostras em cada um dos tamanhos discriminados.
- 6.2.15. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Termo de Referência.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 7.1. Os quantitativos serão definidos de acordo com Ordens de Fornecimento emitidas pela PF durante o período de vigência, sendo que as ordens de fornecimento conterão detalhamento do gênero, das medidas antropométricas dos policiais, por meio da disponibilização de base de dados obtida do Sistema de Medidas da Polícia Federal. A contratada fornecerá grade de tamanhos equivalentes às medidas fornecidas, bem como as demais informações pertinentes à fabricação e entrega do objeto, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou da data de disponibilização dos dados métricos do Sistema de Medidas da Polícia Federal, o que ocorrer por último.
- 7.3. O Recebimento Provisório se dará na **fábrica da Empresa Vencedora** por pelo menos 03 (três) membros da equipe de recebimento do contrato designada pela DLOG/PF, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, às custas da Administração Pública.
- 7.3.1. O fabricante deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.
- 7.3.2. No recebimento provisório será feita uma análise comparativa entre os coletes apresentados para recebimento e as amostras que foram utilizadas para os testes de aceitação da proposta na fase de licitação.
- 7.3.3. Caso os coletes balísticos fabricados estejam em desacordo com as amostras, a empresa será notificada, devendo fazer a substituição do(s) lote(s) reprovado(s) no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas.
- 7.3.4. No momento do aceite com relação à inspeção do item 7.3.2 acima, a empresa deverá apresentar, caso ainda não o tenha feito anteriormente, Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, relativo à solução balística em questão, cujo documento deve vir acompanhado de publicação em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html".
- 7.3.4.1. Em caso de não possuir tal certificado, o fabricante deverá, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, apresentar resultado de aprovação em **Testes Balísticos** junto a laboratório acreditado pelo *National Institute of Justice* - E.U.A comprovando cumprimento na íntegra de protocolo de testes especificado na norma NIJ 0101.06 para o nível III-A.
- 7.3.4.2. A Empresa vencedora ficará encarregada de enviar quantos coletes forem necessários do referido lote de fornecimento a laboratório acreditado NIJ - 0101.06, a fim de verificação de qualidade do produto de acordo com os testes descritos na norma NIJ - 0101.06, não se tratando do teste abreviado.
- 7.3.4.3. Os coletes a serem enviados ao laboratório serão escolhidos aleatoriamente pelos membros da Equipe de Recebimento dos Coletes, antes do envio para os testes laboratoriais.
- 7.3.4.4. **Todos os custos associados à realização dos testes ficarão a cargo da empresa Contratada.**
- 7.3.4.5. Os coletes enviados para testes deverão ser repostos pela Empresa Vencedora, a cada Ordem de Fornecimento, independentemente da quantidade solicitada.
- 7.3.4.6. Membros da Equipe de Recebimento de Coletes designados pela DLOG/PF poderão acompanhar os testes dos coletes pela empresa contratada, em laboratório. Os custos de diárias e passagens dos membros da comissão ficarão a cargo da Administração Pública.
- 7.3.4.7. Caso contrário, o lote será rejeitado e o contrato será rescindido unilateralmente por inexecução do objeto, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 7.4. A entrega deverá ser agendada e realizada pela Contratada na Academia Nacional de Polícia - Endereço: Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71559-900, Brasília – DF, Brasil, sob sua total responsabilidade em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00, com aviso prévio à Comissão de Recebimento de no mínimo 48 horas por parte da Contratada.
- 7.5. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- 7.6. No ato das entregas, a empresa deverá fornecer também um documento com a descrição de todo o material e quantidade que está sendo apresentado. Nesse mesmo documento a empresa deverá pegar recibo com nome, matrícula na PF e assinatura de um dos servidores do setor de recebimento. Este recibo deverá ser entregue ao fiscal do contrato ou ser escaneado e enviado para o seu e-mail.
- 7.7. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, separados por tamanho, conforme ordem de fornecimento e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- 7.8. O material deve ser entregue lacrado, em sua embalagem original, contendo marca, fabricante, procedência e prazo de validade.
- 7.9. A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, a que se refere este Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 7.10. O recebimento definitivo será emitido em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de entrega dos bens, pela Equipe de Recebimento, após verificadas a conformidade dos materiais entregues.

- 7.11. Caberá ao fiscal do contrato ou seu substituto rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 7.12. A Equipe de Recebimento, formada por pelo menos 03 (três) servidores, e seus respectivos substitutos, será nomeada pelo Diretor de Administração e Logística Policial ou pessoa outorgada para tanto.
- 7.13. A Equipe de Fiscalização do Contrato (que não se confunde com a Equipe de Recebimento), e seus respectivos substitutos, será nomeada pelo Diretor de Administração e Logística Policial ou pessoa outorgada para tanto.
- 7.14. A presença da fiscalização ou de representante da Polícia Federal não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- 7.15. A empresa que não cumprir os prazos estipulados sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93, neste Termo de Referência e no Edital.
- 7.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

- 8.1. A garantia dos materiais das capas táticas e das bolsas de transporte contra qualquer defeito de fabricação será de acordo com a proposta do fornecedor, não podendo ser inferior a 01 (um) ano, contado da data do recebimento definitivo de cada entrega.
- 8.2. A garantia dos materiais com relação à validade do material balístico (vida útil) utilizado na confecção dos painéis balísticos do colete não poderá ser inferior a 06 (seis) anos, contados da data de fabricação dos mesmos, data esta que deverá ser de no máximo 03 (três) meses anterior à assinatura do contrato.
- 8.3. Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este termo de referência, aquela destinada a remover vícios ou quaisquer defeitos de fabricação apresentados pelos produtos, compreendendo substituições, reparos e demais correções necessárias.
- 8.4. A PF se reserva o direito de realizar os testes tipo C ou D nos coletes em seu poder, anualmente, para fins de verificação da manutenção das propriedades balísticas do equipamento.
- 8.5. Os prazos para solução dos vícios apresentados nos materiais, mencionados neste termo de referência, deverão ter início a partir da data do recebimento, sem ônus adicional para a Contratante.
- 8.6. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o Contratante, o fornecedor, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, obriga-se a:
- 8.6.1. Prestar atendimento às solicitações do Contratante, dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da chamada, que poderá ser efetuada em dias úteis, entre 09:00 e 18:00 horas;
 - 8.6.2. Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos;
 - 8.6.3. Corrigir defeitos de fabricação;
 - 8.6.4. Trocar o equipamento, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de comunicação pela Contratante, caso eventuais correções ou substituições de peças defeituosas não sanarem o problema.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da Contratante:
- 9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 9.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e
 - 9.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou desconformidades;
 - 10.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede o comparecimento à fábrica, para fins de recebimento provisório, e 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sujeitando-se às sanções previstas no Termo de Referência e/ou Edital de Licitação;
 - 10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 10.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- 10.1.7. fornecer os itens cotados de acordo com as especificações constantes deste instrumento e no local indicado em cada Ordem de Fornecimento;
- 10.1.8. fornecer os itens dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 10.1.9. fornecer materiais novos e que atendam ao uso a que se destina de forma confiável e oferecendo segurança aos usuários, equipamentos e ao meio-ambiente;
- 10.1.10. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Polícia Federal, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 10.1.11. prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato às reclamações;
- 10.1.12. a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pela Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas;
- 10.1.13. retirar das dependências da Contratante, os bens/materiais porventura impugnados pela fiscalização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sendo expressamente proibido manter quaisquer bens/materiais que não satisfaçam as especificações.
- 10.1.14. responsabilizar-se pela garantia do objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;
- 10.1.15. entregar o objeto com manual completo, em língua portuguesa, contendo instruções, relativas às especificações, relação de peças, seu manuseio, conservação, limpeza e manutenção dentre outros aspectos técnicos;
- 10.1.16. responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como fretes, encargos sociais, impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades relativas ao objeto e aos seus empregados, sem qualquer ônus à Contratante; e
- 10.1.17. colocar à disposição da Polícia Federal, os meios necessários à comprovação da qualidade dos materiais, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste Termo de Referência.
- 10.1.18. repor até 02 (duas) unidades de coletes por ano, durante o prazo de validade dos coletes, em razão da realização dos testes previstos no item 8.4 acima.

10.2. A Contratada deverá aceitar a realização de diligências que a Contratante julgar necessárias, em razão de dúvida sobre a procedência e a qualidade dos materiais.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE IMPORTAÇÃO

- 14.1. Em atendimento ao inc. X do art. 55 da Lei no 8666/93 c/c o art. 9º da Lei no 10.520/2002, em caso de fornecimento por empresa estrangeira, eventual importação dos equipamentos será realizada em nome do contratante, assumindo a empresa estrangeira toda responsabilidade pelo desembaraço aduaneiro, incluindo taxas, despachantes, emolumentos, tarifas ou qualquer outro custo fiscal ou para fiscal decorrente do processo de importação, solicitações de isenções ou imunidades, interposição de recursos, assim como a eventual responsabilidade por multas aplicadas.

15. DO PAGAMENTO

Empresas Nacionais

- 15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à

documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

Empresas Estrangeiras

15.16. O pagamento será realizado de acordo com as diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, após apresentação das faturas, considerando-se especialmente o atendimento ao disposto pelo caput e §3º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei nº 10.192, de 2001, c/c Decreto-Lei nº 857, de 1969.

15.17. PARA O PAGAMENTO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS SEM FILIAL NO BRASIL, o pagamento será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional, irrevogável e intransferível, emitida por instituição bancária em favor da empresa contratada e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, no valor em moeda corrente nacional (Reais) e convertidos para a moeda solicitada no momento da solicitação da Carta de Crédito, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Polícia Federal.

15.18. A liberação da carta de crédito irrevogável e intransferível aberta em favor da CONTRATADA junto a Instituição Bancária será efetuada logo após a confirmação do recebimento definitivo do material, nos termos previstos no termo de referência.

15.19. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.

15.20. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou crédito documentário, ou a contratação da carta de crédito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), ou ainda referentes à renovação da Carta de Crédito, inclusive as referentes ao aumento da taxa cambial, no caso de atraso de adimplemento atribuível à Contratada, serão por ela custeadas.

15.21. PARA AS EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS COM FILIAL NO BRASIL, o pagamento em moeda corrente nacional (Reais) será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (*issuing bank*).

- 15.22. O efetivo pagamento e liquidação serão considerados, PARA O CASO DE OPÇÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO, com o depósito dos valores devidos em moeda corrente nacional (Reais) pela Contratante em conta bancária do contratado;
- 15.23. PARA O CASO DE CARTA DE CRÉDITO, o efetivo pagamento e liquidação serão considerados com a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário.
- 15.24. Para efeito de pagamento para licitantes brasileiros, deverá ser comprovada a situação regular e válida no cadastro do SICAF da contratada, comprovação de regularidade perante a justiça trabalhista, comprovação do CEIS e demais cadastros informativos de situação de empresas que contratam com o Poder Público.
- 15.25. Caso haja multa por inadimplemento contratual, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 15.25.1. A multa será descontada da garantia do respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;
- 15.25.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do objeto licitado, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, descontado da garantia contratual.
- 15.26. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
- 15.26.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 15.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 15.28. Antes de cada pagamento, a Contratante realizará consulta *on-line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 15.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 15.30. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
- 15.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.32. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.33. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.34. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 15.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 15.35.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 15.36. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.37. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 15.38. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

N = Número de dias entre a data limite previsto para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1. O adjudicatário, como condição para assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 17.2. A garantia deverá ser apresentada em até 08 (oito) dias úteis a contar da convocação para assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
- 17.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 17.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 17.3.2. seguro-garantia (no caso de seguro para empresas estrangeiras, mencionar o contrato como referência) ; ou
- 17.3.3. fiança bancária.
- 17.4. A garantia, se em dinheiro, deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante. No caso da própria empresa fabricante estrangeira optar por fornecer a garantia, esta só poderá ser efetuada em banco estrangeiro caso haja o banco correspondente no Brasil.
- 17.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 17.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.7. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.8. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (§4º do artigo 56, Lei nº 8666/93).
- 17.9. Sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 18.1. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.
- 18.2. Que os produtos utilizados na fabricação devem ser totalmente isentos de ftalatos, naphtylamina, dichlorobenzidina, nonilfenol, formaldeídos e metais pesados como chumbo, cobre e cadmo, utilizando base de tintas à base d'água e sem nenhum aditivo de solvente ou materiais pesados.
- 18.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.2.2. Multa moratória conforme descrito abaixo:
- 19.2.2.1. Até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.
- 19.2.2.2. Do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,3% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

19.2.2.3. Do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

19.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

19.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.

19.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.4, 19.2.5 e 19.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DOS ANEXOS

20.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS COLETES BALÍSTICOS (SEI nº 13122134 e 13122581);
- ANEXO II - TESTES NAS AMOSTRAS DOS COLETES BALÍSTICOS (SEI nº 12625450 e 12625454);
- ANEXO III - TESTES DE AJUSTE DO COLETE AO CORPO E TESTES FUNCIONAIS – FICHA DO AVALIADOR (SEI nº 12625491 e 12625498);
- ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (SEI nº 13123041 e 13123157); e
- ANEXO V - MODELO DE ATESTADO TÉCNICO (SEI nº 12625585 e 13124312).

VICTOR POZZI ZOCH
Perito Criminal Federal
DPC/CGPLAM/DLOG/PF

ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA
Agente de Polícia Federal
SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA
Agente de Polícia Federal
SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

DANIEL HENRIQUE MARQUES
Agente de Polícia Federal
SAT/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

Equipe de Planejamento da Contratação
Constituída pela Portaria nº 408-DLOG/PF (8517506)
Alterada pela Portaria nº 443-DLOG/PF (9571360)
Alterada pela Portaria nº 470-DLOG/PF (10914731)

APROVAÇÃO:

1. Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública.

2. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

ROBERVAL RÉ VICALVI
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR POZZI ZOCH, Perito(a) Criminal Federal**, em 27/11/2019, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA, Agente de Polícia Federal**, em 27/11/2019, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13121914** e o código CRC **DF0BCC74**.